

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 27 DE MAIO DE 1974

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSOES PERMANENTES

4.a SESSAO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSAO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISAO DAS COMISSOES

COMISSOES TECNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSAO LEGISLATIVA

COMISSAO DE CONSTITUICAO E JUSTICA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovidio Franzoni — Quilse Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSAO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Eloy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domicio Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Couto de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSAO DE INSTRUÇÃO PUBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domicio Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Álvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovidio Franzoni — Mauricio

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE SAUDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Mauricio Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo Pereira Lima — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Mauricio Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quilse Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSAO DE POLICIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson

Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Álvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lélcio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aguinaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel —

Quilse Crisóstomo da Silva — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 77ª Sessão Extraordinária
Realizada em 27 de Maio de 1974 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Fabiano Braga Côrtes e Muggiati Filho.

As 14 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aginaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Leopoldo Jacomei — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Quíelise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados Odilon Reinhardt — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antônio Costa — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Igo Losso — Lázaro Dumont — Olavo Ferreira — Paulo Camargo e Wilson Fortes (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 38-73 que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando desenvolvimento do Plano de Combate à Raiva dos Herbívoros, utilizando a "Vacina ERA". — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 78ª Sessão Ordinária
Realizada em 27 de Maio de 1974 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Borsari Neto e Muggiati Filho.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aginaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Leopoldo Jacomei — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Quíelise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados Odilon Reinhardt — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antônio Costa — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Igo Losso — Lázaro Dumont — Olavo Ferreira — Paulo Camargo e Wilson Fortes (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte **EXPEDIENTE**:

MENSAGENS:

MENSAGEM
28-74

Curitiba, 16 de maio de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Bocaiuva do Sul, Icaraima e Quedas do Iguaçu, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) **EMÍLIO GOMES**
Governador do Estado

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA DO SUL
ESTADO DO PARANÁ

CONVÊNIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de BOCAIUVA DO SUL, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

ACS 19 dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e quatro, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor MARIO CARNEIRO PORTES, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor GUERIS ALBERTI, Prefeito Municipal de Bocaiuva do Sul, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948), tendo em vista a autorização Governamental de 21-07-72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 06 de 18-03-74, resolveram, mediante as cláusulas do presente Termo de Convênio, estipular o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação dessas recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado - Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLÁUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração Policial Civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou quando recolhidos por razões administrativas, repór de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Bocaiuva do Sul, em contra partida proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — Diretamente através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apelo

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 19 de abril de 1974.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança
Gueris Alberti — Prefeito Municipal de Bocaiuva do Sul

Testemunha:

José Maria do Nascimento

Testemunha:

Eraylton Moreschi

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA
ESTADO DO PARANÁ

CONVENIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de ICARAIMA, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 19 dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e quatro, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Natanael Tavares de Mattos, Prefeito Municipal de Icaraima, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948), tendo em vista a autorização Governamental de 21-07-72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 84 de 16-03-74, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravençionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLÁUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

- a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
 - b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
 - c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.
- A Prefeitura Municipal de Icaraima, em contrapartida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:
- a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;
 - b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos a Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 19 de abril de 1974.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança

Natanael Tavares de Mattos — Prefeito Municipal de Icaraima

Testemunha:

José Maria do Nascimento

Testemunha:

Eraylton Mereschi

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU

CONVENIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamento para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos dois dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, e o Senhor Silvestre Simão Odorick, Prefeito Municipal de Quedas do Iguaçu, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (54 de 21-02-1948), tendo em vista a autorização Governamental de 21-07-72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 21-73, de 23-09-73, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Objeto do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo de manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações da FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Definição e Legislação

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual, artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949, de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravençionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

- a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
- b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
- c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu, em contrapartida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal ou seus órgãos;
- b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios implementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto de preservação de material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA

Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA

Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através do ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA

Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA

Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes contratantes firmam o presente convênio, para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 02 de outubro de 1973.

MÁRIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública
Silvestre Simão Odorcick — Prefeito Municipal
José Maria do Nascimento — Testemunha.
Eraylton Moreschi — Testemunha
Eraylton Moreschi — Testemunha.

MENSAGEM — 29/74

Curitiba, 20 de maio de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei que dispõe sobre a criação dos cargos que especifica, na Tabela II, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada, estabelecido, tal quadro, pela Lei n.º 6.402, de 22 de maio de 1973.

A criação dos cargos em questão, consulta plenamente aos superiores interesses públicos, eis que, segundo esclarece a Presidência do Tribunal de Alçada, tem por objetivo a dinamização da administração daquele Tribunal, através da implantação de novos métodos de trabalho, visando melhorar a eficiência do pessoal, aprimorar a utilização e conservação do material e promover maior flexibilidade aos serviços.

Certo de que o Plano de Lei submetido à apreciação dessa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Ficam criados na Tabela II, da parte permanente do Quadro de Funcionários da Secretaria do Tribunal de Alçada, estabelecido pela Lei n.º 6.402, de 22 de maio de 1973, os seguintes cargos de carreira e de provimento efetivo:

N.º	Cargo	Nível
1	Assistente Técnico Administrativo	TA-28
1	Contador	TA-28
1	Datilógrafo	TA-16
1	Datilógrafo	TA-15
1	Motorista	TA-15
1	Motorista	TA-14
1	Servente	TA-13
1	Servente	TA-12
2	Servente	TA-11

Art. 2.º — Os cargos de Assistente Técnico Administrativo e de Contador, são privativos, respectivamente, de bacharéis em Administração Pública e Ciências Contábeis, portadores de diploma devidamente registrado.

Art. 3.º — Na Tabela IV também do referido Quadro, fica criada a seguinte gratificação de representação:

1 Chefe de Divisão Cr\$ 750,00

Art. 4.º — Os valores das gratificações de representação serão atualizados por ato da Presidência do Tribunal de Alçada nas mesmas bases e ocasião em que forem atualizados os do Poder Executivo.

Art. 5.º — As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento do Tribunal de Alçada.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob o n.º 8-74, do Senhor Dalton Oliveira Vianna, Diretor do Colégio Novo Ateneu, agradecendo "voto de pesar pelo passamento do Professor Arildo José de Albuquerque", apresentado pelo Senhor Deputado Igo Iwant Losso. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Circular sob o n.º 173-74, do Senhor Onézimo Ferraz, comunicando haver assumido o cargo de Prefeito Municipal de Loanda, por motivo de renúncia do referido cargo apresentada pelo Senhor Francisco de Assis Pinheiro. — Ao conhecimento da Casa.

TELEGRAMA:

Do Senhor Armando Falcão, Ministro da Justiça, no seguinte teor: Cumprimos o v.º acuso recebimento carta através qual Vossência encaminhou requerimento autoris parlamentar Álvaro Dias pt Cds Sds. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 71-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a elevar para Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), a pensão especial concedida a Maria Alves Espinheira, viúva de Afonso Alves Espinheira, ex-funcionário público estadual.

Art. 2.º — As despesas decorrentes correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1974.

(a) Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA:

Os motivos que determinaram a concessão do benefício, agravados com o índice inflacionário acentuado, estão a aconselhar a elevação do valor da pensão atualmente paga pelo Estado, à beneficiária. A aprovação do presente Projeto de Lei, de caráter meramente autorizatório, ensinará ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado o reexame e atualização de um auxílio imprescindível que, se majorado, irá contribuir para minorar as dificuldades financeiras de um ser humano.

PROJETO DE LEI N.º 72-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Professores do Instituto de Recuperação de Surdos-Mudos do Paraná, com sede no Município de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1974.

(a) Ivo Thomazoni

JUSTIFICATIVA:

Tal reconhecimento de Utilidade Pública pelo Estado do Paraná, à Associação de Pais e Professores do Instituto de Recuperação dos Surdos-Mudos do Paraná, seria apenas o reconhecimento oficial dos serviços altamente relevantes prestados pela Associação à Sociedade do Paraná.

Os benefícios decorrentes desta Lei proposta auxiliariam à Associação a desenvolver seus serviços, o que viria ao encontro dos interesses do Estado, no campo da Assistência Social.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Intensas manobras baixistas estão sendo impostas aos produtos agrícolas, por grupos organizados. Agora chegou a vez do algodão que sofre baixa violenta em sua cotação, muito embora a produção em nosso Estado não tenha atingido a média que se esperava. Em relação ao ano anterior o Paraná teve sua área bem reduzida no plantio do algodão. O preço oscilante do produto, depois de colhido, tem sido o principal responsável pela sensível diminuição de produção. Há uma preocupação constante por parte dos cotonicultores, uma vez que o mercado de algodão é totalmente controlado por firmas compradoras, geralmente constituídas por grupos que ditam os preços de acordo com suas conveniências. Dada a dificuldade natural de se armazenar na lavoura, o algodão é obrigatoriamente entregue em consignação aos compradores. De posse da mercadoria armazenada, os grupos compradores que durante a colheita alimentam o mercado com perspectivas alviáveis, provocam violentas baixas no mercado. E é exatamente isto que vem ocorrendo dia após dia. Durante o início da presente colheita, o algodão tipo seis (6) esteve cotado em torno de Cr\$ 43,00 a arroba, quando somente uma pequena parte da safra foi negociada. A maioria entretanto só agora vai terminando sua colheita e consequentemente ainda não pôde vender o produto. E é exatamente nesta hora tão importante para a agricultura em que o algodão deveria ser comercializado pelo preço referido ou mais, que ele baixa inesperadamente para Cr\$ 35,00 a arroba. O desinteresse pelo produto está causando verdadeiro pânico entre os cotonicultores, que já vinham lutando contra os prejuízos da baixa produção do ano em curso, causada principalmente pelas fortes chuvas caídas na ocasião. Além da diminuição acentuada na produção-algibre, aumentou consideravelmente a porcentagem de tipo inferior. Tudo isso somado ao elevado custo dos insumos e da própria mão de obra grandemente onerada, verifica-se a impossibilidade em aceitar a imposição dos preços atuais.

A normalização do mercado de algodão é uma medida que se faz necessária, para que ano após ano o Paraná tenha condições de ampliar sua área de produção. O algodão que tão bem se produz em nossas terras, é cultura das mais rentáveis, razão pela qual deve ser incentivado em todos os seus aspectos. Propicia ampla oportunidade para oferecer abundante mão de obra aos homens do campo. Por isso a normalização do mercado, além de garantir ao agricultor uma real recompensa pelo seu trabalho, significa em seu todo como medida altamente benéfica.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós, de certa forma, estamos preocupados com a situação de uma empresa sediada na cidade de Paranaguá. É a Granja Sasaki, a maior abatedora de aves do Litoral do nosso Estado.

Um órgão do Ministério da Agricultura, denominado "Tipo A", em novembro do ano passado, visitando aquela Granja, como visitou outras que existem no nosso Estado, chegando à conclusão das que não se encontravam em condições de prosseguir abatendo aves, deu um prazo de 180 dias, prazo este que expirou no dia 15 de maio; prazo este para que elas se enquadrassem nos preceitos exigidos pelo Tipo A desse órgão do Ministério da Agricultura.

O que exige o Tipo A é que se torne automático o abate de aves, e, para tanto, as granjas deveriam recorrer a uma única indústria que fabrica o maquinário necessário para o abate de aves. Essa indústria existe no Estado de São Paulo. Um problema muito sério adveio com esta exigência porque há necessidade de um investimento na ordem de um milhão e meio de cruzeiros novos e várias empresas não estão em condições financeiras para atender esta exigência.

Desta Tribuna estamos tentando conseguir uma reformulação do problema, qual seja o adiamento do prazo dado ao Tipo A.

Sabem os Srs. Deputados que várias granjas onde as aves eram abatidas, foram fechadas; poucas sobreviveram às exigências do Tipo A.

Uma grande dificuldade consiste no maquinário que essas empresas fornecem às granjas que pretendiam ou pretendem continuar abatendo aves. É que essas máquinas abatem mil frangos por hora. Ora, em Paranaguá, a Granja Sasaki abate no máximo 250 aves por hora, porque o mercado não permitia que abatesse mais. A dificuldade é que, a curto prazo, não podem passar de 250 a 1.000 por hora, sob pena de terem prejuízos.

Creio que o meu pequeno discurso está sendo entendido pelos Srs. Deputados e espero que assim o seja.

Esta Granja Sasaki pretende encontrar alguma outra indústria que fabrique uma máquina que abata tão somente 250 ou 300 aves por hora ou ela mesma procurará fabricar esta máquina.

Nosso apelo ao Ministério da Agricultura é para que o prazo seja protegido para que a Granja possa, em seis meses, conseguir outra indústria que forneça o maquinário de acordo com as necessidades da Granja, no caso de Paranaguá, que pretende abater 250 ou 300 aves por hora, porque mil por hora não há necessidade naquela Granja, assim como em outras do Estado que sofreram as sanções do Tipo A, e que por isto estão fechadas.

A PERPOL está abatendo e fornecendo a Paranaguá para que a Firma Sasaki possa fornecer a seus fregueses.

Assim fica nosso apelo ao Ministério da Agricultura para que amplie o prazo por seis meses para que possa a Granja Sasaki e outras mais, se aparelharem, atendendo às exigências daquele órgão. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos, declaro livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à
ORDEM DO DIA,
com a presença de 36 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente. Necessita do apolamento. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente. Necessita de apolamento. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 11-74, que aprova termos do Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 202-73, que declara de Utilidade Pública o Educandário Mariano Rodrigues de Castro, com sede na cidade de Araucária. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 205-73, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Amor e Caridade, com sede e foro na cidade de Cascavel. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 206-73, que declara de Utilidade Pública o Instituto Social, Educativo e Beneficente Novo Signo, com sede na cidade de Londrina. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 207-73, que autoriza o Poder Executivo denominar "Professor Altair Mongruel", um estabelecimento de Ensino do Estado do Paraná. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 208-73, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal, no valor correspondente a 1 (um) salário mínimo regional, à viúva Vanil Cardoso Caparroz. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 215-73, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Selto do Itararé, um veículo marca "Willys", com características que especifica, pertencente a Secretaria de Agricultura. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 223-73, que declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica para Desenvolvimento Missionário, com sede nesta Capital. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 220-73, que autoriza o Poder Executivo elevar para seis (6) salários mínimos da Região de Curitiba, a pensão mensal da Senhora Sylvia Braga Munhoz da Rocha, viúva do ex-Governador do Estado, Cactano Munhoz da Rocha. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 240-73, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública o Educandário São José, com sede e foro na cidade de Paranavai. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 11-74, de autoria do Deputado Igo Losso, que declara de Utilidade Pública o Lar São de Curitiba. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 25-73, ex-Proposição n.º 89-73 — de autoria da C.C.J. aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o Ministério da Educação e Cultura, este, através dos Institutos Nacional do Livro e do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para as finalidades que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 25-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios firmados em 22 e 31-01-73, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Educação e Cultura, e o Ministério da Educação e Cultura, através do Instituto Nacional do Livro e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, visando a aquisição de livros dentro do Programa do Livro Didático e a colaboração mútua para a proteção dos monumentos históricos.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 1973.

(Assinatura Ilegível)
PRESIDENTE
(Assinatura Ilegível)
RELATOR
(Assinatura Ilegível)

PARECER

A MENSAGEM GOVERNAMENTAL N.º 20-73 — PROPOSIÇÃO 89-73

1 — A presente proposição constitui-se da Mensagem Governamental n.º 20-73, encaminhando a esta Casa, para os devidos fins constitucionais, cópia autêntica dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Educação e Cultura, visando a aquisição de livros, dentro do Programa do Livro Didático, para o ano de 1973, e a colaboração mútua para a proteção dos monumentos históricos.

2 — Referidos Convênios enquadram-se na competência deferida ao Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 47, inciso IX da Constituição Estadual, e por força do que dispõe o art. 22, inciso VII, da mesma Constituição, cabe à Assembléia Legislativa referendar os Convênios aludidos, o que ora fazemos na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 1973.

(Assinatura Ilegível)

PRESIDENTE

(Assinatura Ilegível)

RELATOR

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 25-73.

I — De autoria da Comissão de Constituição e Justiça da Casa, o presente Projeto de Resolução, (Ex-Proposição n.º 89-73), Aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o Ministério da Educação e Cultura, através do Instituto Nacional do Livro e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, visando a aquisição de livros dentro do Programa do Livro Didático e a colaboração mútua para a proteção dos monumentos históricos.

II — Do ponto de vista financeiro, que esta Comissão deve examinar, o Projeto está em condições de ser aprovado.

E o parecer, S. M. J.

Sala das Sessões, em,

(Assinatura Ilegível)

PRESIDENTE

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER

AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 25-73

1 — O presente projeto de resolução, de autoria da douta Comissão de Constituição e Justiça, aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, e o Ministério da Educação e Cultura, através do Instituto Nacional do Livro e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, visando a aquisição de livros dentro do programa do Livro Didático e a colaboração mútua para a proteção dos monumentos históricos.

2 — Esta proposição já mereceu pareceres favoráveis das doudas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

3 — Quanto ao mérito que cabe a esta Comissão examinar, não pela qual nosso parecer é pela à sua Aprovação.

E o parecer

Sala das Comissões, em de de 1974.

(Assinatura Ilegível)

PRESIDENTE

Alvaro Dias

RELATOR

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

MENSAGEM N.º 20-73

Curitiba, 15 de março de 1973.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, como segue:

MEC — Instituto Nacional do Livro — (22-01-73);

MEC — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — (31-01-73).

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

JOÃO MANSUR

Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 4-74, ex-Proposição n.º 118-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os termos do Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, a Companhia Brasileira de Alimentos — COBAL, o Município de Curitiba e a Central de Abastecimento S. A. — CEASA-PR., com finalidade que especifica. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 4-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE,

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos do Convênio celebrado em 22 de fevereiro de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná, a Companhia

Brasileira de Alimentos — COBAL, o Município de Curitiba e a Central de Abastecimento do Paraná S. A. — CEASA-PR., visando fixar a competência para declaração de utilidade pública e delegar poderes para promover desapropriação das áreas necessárias à implantação das instalações da CEASA-PR., em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º de abril de 1974.

(Assinatura Ilegível)

PRESIDENTE

Erondy Silvério

RELATOR

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER A PROPOSIÇÃO N.º 118-73

A Proposição enfocada origina-se da Mensagem Governamental n.º 42-73, encaminhando para os fins constitucionais, cópia autêntica do Convênio celebrado em 23 de fevereiro de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná, a Companhia Brasileira de Alimentos COBAL, o Município de Curitiba e a Central de Abastecimento do Paraná S. A. — CEASA-PR., visando fixar a competência para declaração de utilidade pública e delegar poderes para promover desapropriações das áreas necessárias à implantação da CEASA-PR., em Curitiba.

Constitucionalmente a Proposição é escoreita, pois está elaborada conforme preceitua o art. 47, inciso IX, da Carta Estadual, que estabelece a competência do Chefe do Poder Executivo para firmar Convênios e o "referendum" do Poder Legislativo de acordo com o art. 22, inciso VII do mesmo Diploma Legal.

Quanto à forma nada há a contestar.

Pela APROVAÇÃO da Proposição nos termos do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 1.º de abril de 1974

(Assinatura Ilegível)

PRESIDENTE

Erondy Silvério

RELATOR

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

MENSAGEM N.º 42-73

Curitiba, 17 de abril de 1973.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Convênio celebrado em 23 de fevereiro de 1973 entre o Governo do Estado do Paraná, a Companhia Brasileira de Alimentos — COBAL, o Município de Curitiba e a Central de Abastecimento do Paraná S. A. — CEASA-PR., visando fixar a competência para declaração de utilidade pública e delegar poderes para promover desapropriações das áreas necessárias à implantação das instalações da CEASA-PR., em Curitiba.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Pedro Viriato Parigot de Souza

Governador do Estado

CONVÊNIO PARA A IMPLANTAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA "CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ S. A. — CEASA-PR" EM CURITIBA.

Considerando que a modernização do atual sistema brasileiro de abastecimento de gêneros alimentícios ocupa lugar de destaque no elenco de programas e projetos prioritários do atual Governo,

Considerando que as Centrais de Abastecimentos facilitarão a comercialização de produtos de origem vegetal e animal, reduzindo o custo operacional, beneficiando de imediato produtores e consumidores,

Considerando o papel relevante que as Centrais de Abastecimentos representam como fonte supridora de consumo local, no orçamento urbano, no aprimoramento da qualidade e baixo preço dos produtos para o consumidor, CGC n.º gerente do Sistema Nacional da Centrais de Abastecimento — SINAC, com sede em Brasília — DF, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente, Dr. Rubens José de Castro Albuquerque; o ESTADO DO PARANÁ, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Governador — Dr. Pedro Viriato Parigot de Souza, devidamente assistido pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Dr. Roulien Baseglia; o Município de CURITIBA, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Arquiteto Jaime Lerner, devidamente assistido pelo Diretor do Departamento do Patrimônio da Prefeitura Municipal de Curitiba, Dr. Sérgio José Ferreira de Souza; e a "Centrais de Abastecimento do Paraná S. A. — SEASA-PR" Sociedade de Economia Mista, com sede nesta Capital, CGC n.º 75063264-001, representada por seu Diretor Presidente, Dr. Percy Ronald Blitck e por seu Diretor Financeiro, Dr. Rubens Aloísio Rodrigues de Souza, RESOLVEM e CONVÊM, reciprocamente, estabelecer as seguintes regras em benefício da comunidade sócio-econômica da Região Metropolitana de Curitiba, pelo seguinte

CONVENIO

CLAUSULA PRIMEIRA:

ao Município de Curitiba, nos termos que lhe faculta o Art. 15, item II, da Constituição do Brasil, fica reconhecida a competência para a declaração de utilidade pública das áreas necessárias às instalações da "Centrais de Abastecimento do Paraná S. A. — CEASA-PR", em Curitiba.

CLAUSULA SEGUNDA:

a declaração de utilidade pública de que trata a Cláusula anterior, deverá conferir à "Centrais de Abastecimento do Paraná S. A. — CEASA-PR",

poderes para promover, no Município de Curitiba, a desapropriação amigável ou judicial das áreas de terreno necessário para as suas instalações, na cidade de Curitiba.

CLAUSULA TERCEIRA:

o presente Convênio vigorará a partir da data de sua publicação no órgão oficial do Estado do Paraná.

E como assim tenham acordado, firmam o presente Convênio em seis (6) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Curitiba (PR), 23 de fevereiro de 1973.

Pedro Viriato Parigot de Souza

Governador do Estado do Paraná

Jaime Lerner

Prefeito Municipal de Curitiba

Rubens José de Castro Albuquerque

Diretor-Presidente COBAL

Percy Ronald Blitzkow

Diretor-Presidente CEASA-PR.

Rubens Licínio Rodrigues de Souza

Diretor-Financeiro da CEASA-PR.

O SR. EMILIO CARAZZAI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. Será procedida a verificação.

13 Srs. Deputados aprovam, nenhum rejeita. Não há quorum para votação, nem para prosseguimento da Sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 28, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 4-74.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 11-74.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 25-73.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 241-73, 253-73, 9-74, 10-74 e 36-74.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSOES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.ª LEGISLATURA — 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 11.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado GILBERTO CARVALHO. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o deputado Iris Caldart apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 202-73 — de autoria do deputado Igo Losso, que declara de utilidade pública o Educandário Mariano Rodrigues de Castro, com sede em Araucária. PROJETO DE LEI N.º 205-73 — de autoria do deputado Iris Caldart, que declara de utilidade pública a Sociedade Espírita Amor e Caridade, com sede na cidade de Cascavel. PROJETO DE LEI N.º 206-73 — de autoria do deputado Olavo Ferreira, que declara de utilidade pública o Instituto Social, Educativo e Beneficente Novo Signo, com sede em Londrina. PROJETO DE LEI N.º 207-73 — de autoria do deputado Antônio Lopes Júnior, que autoriza o Poder Executivo a denominar "PROFESSOR ALTAIR MONGRUEL", um estabelecimento de ensino do Estado do Paraná. PROJETO DE LEI N.º 208-73 — de autoria do deputado Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal no valor correspondente a (um) 1 salário mínimo regional, a viúva Vanil Cardoso Caparroz. PROJETO DE LEI N.º 215-73 — de autoria do deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Salto do Itararé, um veículo marca WILLYS, com características que especifica, pertencente a Secretaria de Agricultura. PROJETO DE LEI N.º 223-73 — de autoria do deputado Igo Losso, que declara de utilidade pública a Associação Evangélica para o Desenvolvimento Missionário, com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI N.º 280-73 — de autoria do deputado Emílio Carazzai, que autoriza o Poder Executivo a elevar para 6 (seis) salários mínimos da região de Curitiba, a pensão mensal da Sra. Sylvia Braga Munhoz da Rocha, viúva do ex-governador do Estado, Caetano Munhoz da Rocha. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 11-74, ex-Proposição 30-74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os termos do Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélcio Guimarães Sotto-Maior, Secretário da Comissão, para se produza os efeitos legais.

Gilberto Carvalho

PRESIDENTE

Lélcio Guimarães Sotto-Maior

RELATOR

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 202-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica declarado de utilidade pública o EDUCANDÁRIO MARIA, NO RODRIGUES DE CASTRO, com sede em Araucária.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20-5-74.

Gilberto Carvalho

PRESIDENTE

Iris Caldart

Altivo Dias

RELATOES

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 205—73.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE ESPIRITA AMOR E CARIDADE, com sede e foro na cidade de Cascavel.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga- das as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20—5—74.

Gilberto Carvalho

PRESIDENTE

Iris Caldart

Alvaro Dias

RELATORES

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 206—73.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º Fica declarado de utilidade pública o INSTITUTO SOCIAL EDUCATIVO E BENEFICENTE NOVO SIGNO, com sede na cidade de Londrina.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga- das as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20—5—74.

Gilberto Carvalho

PRESIDENTE

Iris Caldart

Alvaro Dias

RELATORES

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 207—73.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a denominar "PROF. ALTAIR MONGRUEL", um estabelecimento de ensino do Estado do Paraná.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga- das as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20—5—74.

Gilberto Carvalho

PRESIDENTE

Iris Caldart

Alvaro Dias

RELATORES

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 208—73.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à viúva VANIL CARDOSO CAPARROZ, uma pensão mensal de valor correspondente a 1 (um) salário mínimo da região.

Art. 2.º A despesa com a execução desta Lei correrá à conta da dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20—5—74.

Gilberto Carvalho

PRESIDENTE

Iris Caldart

Alvaro Dias

RELATORES

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 215—73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Salto do Itararé, um veículo marca "WILLYS OV.", tipo "JEEP", ano de fabricação 1964, 6 cilindros, com 90 HP., motor n.º BH—201.455 chassis n.º 4—5244—06.051, pertencente à Secretaria da Agricultura, por tratar-se de veículo inservível e em péssimas condições.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga- das as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20—5—74.

Gilberto Carvalho

PRESIDENTE

Iris Caldart

Alvaro Dias

RELATORES

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 223—73.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA PARA DESENVOLVIMENTO MISSIONÁRIO, com sede em Curitiba.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga- das as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20—5—74.

Gilberto Carvalho

PRESIDENTE

Iris Caldart

Alvaro Dias

RELATORES

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 280—73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a elevar para 6 (seis) salários mínimos da região de Curitiba, a pensão mensal concedida a Senhora SYLVIA BRAGA MUNHOZ DA ROCHA, viúva do ex-Governador do Estado, Doutor Cae- tano Munhoz da Rocha.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga- das as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20—5—74.

Gilberto Carvalho

PRESIDENTE

Iris Caldart

Alvaro Dias

RELATORES

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 11—74.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º Ficam aprovados os termos do Convênio celebrado em 31 de ja- neiro de 1974, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga- das as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20—5—74.

Gilberto Carvalho

PRESIDENTE

Iris Caldart

Alvaro Dias

RELATORES